

Impactos do desemprego e da precarização sobre famílias metropolitanas*

Ângela Borges**

Este texto discute as conseqüências da crise no mercado de trabalho sobre as famílias das Regiões Metropolitanas de Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre. Com base nos dados da PNAD, para o período 1995-2004, é feito um breve diagnóstico das estruturas familiares dessas regiões e dos respectivos mercados de trabalho, analisando o comportamento do desemprego e do processo de precarização. Em seguida, identificam-se os tipos de família que vêm sendo mais afetados por esses processos e os principais riscos do mercado de trabalho, segundo a posição do indivíduo na família, observando as diferenças entre as três regiões selecionadas. Finalmente, discute-se em que medida o patamar alcançado pelo desemprego e pela precarização, em cada região, pode ser explicado pelas particularidades da sua estrutura familiar ou se, pelo contrário, as características da sua economia e os impactos nela provocados pela reestruturação produtiva são os fatores determinantes da precarização e das próprias mudanças nas famílias.

Palavras-chave: Família. Mercado de trabalho. Precarização. Desemprego.

Introdução

Desde o início dos anos 90, quando os primeiros impactos da reestruturação produtiva e da gestão neoliberal da economia brasileira se fizeram sentir – com o desemprego, a precarização e as acentuadas perdas salariais e de benefícios vitimando milhões de trabalhadores brasileiros –, os estudos e pesquisas sobre as várias dimensões do processo de desestruturação dos mercados de trabalho assumiram um lugar relevante na produção das Ciências Sociais.

Assim, na contramão das teses que apontavam para a perda da centralidade do trabalho na sociedade contemporânea, os resultados desses estudos e pesquisas

ressaltaram exatamente o contrário: a absoluta relevância – e centralidade – das transformações em curso no mundo do trabalho sobre as demais esferas da vida social, entre as quais a família, pólo de reprodução intimamente articulado com o pólo da produção (GOLDANI, 1998, 2002; MONTALI, 2003, 2004; OLIVEIRA, 2005).

Por essas razões, a análise do processo de desestruturação do mercado de trabalho, baseada na observação dos impactos das mudanças sobre os indivíduos, ao mesmo tempo em que trouxe contribuições extremamente valiosas para o entendimento das transformações em curso (POCHMANN, 1997; BORGES, 2003), também indicou a necessidade de agregar a perspectiva das

* A primeira versão deste texto foi apresentada no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Abep, realizado em Caxambu, MG, Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006.

** Doutora em Ciências Sociais, professora e coordenadora do Programa de Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da UCSAL e pesquisadora associada do CRH/UFBA.

famílias nessa análise do mercado de trabalho, no sentido de melhor compreender as implicações mais profundas dessas transformações.

Este texto dá continuidade a um estudo sobre a desestruturação do mercado de trabalho nos anos 90 e apresenta alguns resultados de uma pesquisa que buscou observar como as transformações ocorridas no mercado de trabalho repercutiram sobre as famílias, no período 1995-2004. Tomam-se, como exemplos, os casos das Regiões Metropolitanas de Salvador – RMS, Belo Horizonte – RMBH e Porto Alegre – RMPOA, procurando discutir a importância das estruturas econômicas e da inserção na divisão inter-regional do trabalho, bem como das estruturas familiares na determinação do perfil e da gravidade desses impactos em cada região.

O trabalho baseou-se nos dados das PNADs e está subdividido nesta introdução, em três itens –, em que são discutidos as mudanças nas estruturas familiares e nos mercados de trabalho, os impactos da crise sobre as famílias das três regiões e a

distribuição dos riscos do mercado de trabalho segundo a posição dos indivíduos na família – e nas considerações finais.

Mudanças nas estruturas familiares

Nas três regiões selecionadas, as famílias vêm passando por mudanças importantes, sintetizando processos sociodemográficos (queda na fecundidade, mudanças nos modelos de família, envelhecimento, etc.) e transformações na estrutura produtiva que alteraram, profundamente, as condições de reprodução da população que vive do trabalho.

As famílias numerosas perdem rapidamente espaço para aquelas com, no máximo, quatro componentes, que, em 2004, já representavam 89% do total na RMPOA e em torno de 84% nas outras duas regiões. Em conseqüência, diminuiu o número médio de componentes das famílias, correspondendo a cerca de três pessoas, em 2004, nas três regiões, o que aponta para o estreitamento das possibilidades de arranjos familiares para o enfrentamento da crise

TABELA 1
Características das famílias
Regiões Metropolitanas de Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre – 1995-2005

Características	RM de Salvador		RM de Belo Horizonte		RM de Porto Alegre	
	1995	2004	1995	2004	1995	2004
Total de famílias	737.877	1.043.028	1.027.460	1.507.010	1.011.749	1.367.667
Tamanho médio	3,6	3,2	3,6	3,2	3,1	2,9
Rendimento médio familiar (em reais)	725,22	1055,96	931,05	1434,15	998,3	1669,4
Rendimento médio familiar <i>per capita</i> (em reais)	202,01	336,29	257,91	453,84	318,95	575,66
% da renda que depende do chefe	70,4	66,1	68,9	65,2	71,2	67,2
Tipos de família (%)						
Casal com ou sem filhos	62,5	54,2	66,7	59,6	67,7	62,6
Mãe com filhos	20,6	26,4	19,1	22,1	15,4	17,0
Outros tipos de famílias	16,7	19,2	14,2	18,3	16,8	20,4
Características dos chefes						
Idade média	42,1	43,1	43,6	46,0	44,0	46,0
% de chefes mulheres	28,2	41,8	26,5	36,3	26,0	35,2
Composição das famílias (%)						
Pessoa de referência ou chefe	27,4	31,6	27,3	31,4	31,7	34,3
Cônjuge	17,2	17,1	18,2	18,7	21,5	21,5
Filho	47,5	43,1	48,2	43,8	41,8	38,7
Outro parente	6,3	7,4	5,0	5,4	4,3	4,9
Agregado	0,4	0,3	0,4	0,2	0,3	0,2
Pensionista	0,1	0,1	0,3	0,3	0,2	0,3
Empregado doméstico	1,1	0,3	0,5	0,2	0,2	0,1

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

do mercado de trabalho, particularmente nas famílias com crianças, adolescentes e idosos, além de estar associado, sobretudo, à redução do número médio de filhos por família, indicador que é mais baixo na RMPOA do que nas outras duas regiões selecionadas.

Além da redução no seu tamanho médio, mudam os arranjos familiares. O modelo tradicional formado pelo casal com filhos ainda é majoritário nas três regiões, mas diminuiu acentuadamente sua importância entre 1995 e 2004, em decorrência da expansão do número de famílias compostas por “mãe e filhos” e dos “outros tipos de família”, entre os quais predominam aqueles em que a pessoa de referência convive com filhos e outros parentes. Embora as três regiões compartilhem essa tendência, verificam-se diferenças importantes no perfil das famílias: a RMS tem o percentual mais elevado de famílias compostas por “mãe e filhos”, bem como a maior expansão deste tipo de arranjo, ultrapassando $\frac{1}{4}$ das famílias metropolitanas em 2004; nas duas outras regiões esse incremento foi menos expressivo e o peso relativo destas famílias manteve-se bem abaixo do encontrado na região metropolitana baiana, em especial na RMPOA, onde apenas 17% das famílias correspondiam a este tipo de arranjo.

Essa diferença entre as três regiões estudadas ressalta a maior vulnerabilidade dos trabalhadores da RMS diante das transformações em curso, pois, como destacado na literatura, é exatamente neste tipo de arranjo familiar que são encontradas as proporções médias mais elevadas de pobres e de indigentes, particularmente no caso das famílias formadas por mulheres com baixa escolaridade e com filhos pequenos ou em idades de difícil inserção no mercado de trabalho, como a adolescência.

O elevado percentual de famílias monoparentais chefiadas por mulheres na RMS, somado a uma proporção – igualmente mais elevada do que nas demais regiões – da chefia feminina dos “outros tipos de família”, faz com que esta região apresente a maior proporção de famílias que têm uma mulher como a pessoa de referência – nada menos do que 41,8% em 2004.

Observe-se, no entanto, que, embora bem mais expressivo na RMS, este é um fenômeno muito forte também nas outras duas regiões, corroborando os resultados de diversos trabalhos que destacam a expansão deste tipo de arranjo familiar como uma das mudanças mais importantes ocorridas nas últimas décadas (GOLDANI, 1998, 2002; MONTALI, 2002, 2003, 2004). Trata-se de um fenômeno que está associado a mudanças culturais relativas ao papel da mulher na sociedade, mas que, neste período, está sendo fortemente influenciado também pelos impactos negativos da reestruturação produtiva sobre as oportunidades de trabalho e renda dos homens chefes de família. Isto porque a elevação do desemprego e as perdas salariais de homens adultos vêm contribuindo para acelerar a desconstrução do papel do homem provedor, processo que, não raro, resulta em conflitos intrafamiliares, inclusive na violência contra mulher e filhos, na dissolução do vínculo conjugal ou, simplesmente, na fuga das responsabilidades da paternidade.

Nesse rápido perfil das famílias das três regiões estudadas, sobressaem ainda as diferenças quanto ao rendimento médio familiar *per capita*. Também neste indicador a RMS encontra-se bem abaixo das outras duas (73% do rendimento médio da RMBH e 63% daquele verificado na RMPOA), além de registrar, no período, perdas reais mais acentuadas. Finalmente, traduzindo mudanças na família (a já referida perda de posição do homem provedor e o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres) e no mercado de trabalho (desemprego dos chefes e redução dos rendimentos), observa-se uma queda na contribuição do chefe ou pessoa de referência para a formação da renda familiar, a qual passou de cerca de 70% para aproximadamente 66%, entre 1995 e 2004, com pequenas diferenças entre as regiões consideradas.

Perfil e mudanças nos mercados de trabalho

Os mercados de trabalho aqui estudados têm tamanhos semelhantes (entre 1,8 milhão e 2,5 milhões de pessoas na PEA,

em 2004) – o maior referente à RM de Belo Horizonte e o menor à de Salvador –, sendo que todos foram fortemente afetados pelas

mudanças que acompanharam a reestruturação produtiva dos anos 90, já amplamente conhecidas.

TABELA 2
Características do mercado de trabalho
Regiões Metropolitanas de Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre – 1995-2004

Características	RM de Salvador		RM de Belo Horizonte		RM de Porto Alegre	
	1995	2004	1995	2004	1995	2004
População Economicamente Ativa (PEA)	1.270.280	1.818.451	1.802.084	2.588.393	1.623.128	2.133.831
Taxa de atividade global (%)	59,1	66,3	59,2	64,4	62,4	63,6
Taxa de atividade feminina (%)	49,0	60,3	47,8	57,5	51,4	54,7
Participação das mulheres no total de ocupados (%)	43,3	46,1	41,8	45,3	42,9	44,0
Ocupados por posição na ocupação (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Empregado com carteira assinada/ funcionário público	43,4	41,8	50,3	47,3	50,4	50,1
Outros empregados sem carteira	14,5	17,5	12,9	15,2	12,2	14,5
Trabalhador doméstico	10,1	10,5	10,2	10,0	7,5	6,8
Conta-própria	23,4	23,2	18,9	18,3	19,0	19,5
Empregador	3,8	3,5	4,1	4,2	5,1	5,5
Trab. na subsistência	1,0	1,0	1,7	3,7	2,5	1,9
Não remunerado	3,8	2,5	1,9	1,2	3,3	1,6
Ocupados por setor de atividade (%)						
Agrícola		1,9		4,7		4,2
Indústria/Construção civil		20,1		23,3		29,3
Comércio e reparação		21,6		19,1		18,3
Serviços		45,6		41,7		36,1
Outras atividades		10,2		11,1		11,5
Atividades maldefinidas/ não declaradas		0,5		0,2		0,5
Rendimento médio real dos ocupados (em reais a preços de 2004)	842,53	636,57	1024,44	810,40	1215,59	985,2
Variação no rendimento médio (%)		-24,4		-20,9		-19,0
Ocupados ganhando menos de 1 salário mínimo	32,9	37,2	20,2	24,5	14,3	14,5
Ocupados ganhando menos de 2 salários mínimos	57,4	68,3	45,1	59,3	34,7	48,1
Anos de estudo dos ocupados						
De 1 a 3 anos	16,8	8,6	11,6	6,3	10,3	6,3
De 4 a 7 anos	29,5	22,7	40,2	26,7	37,4	26,7
De 8 a 10 anos	14,2	19,4	15,5	19,1	16,4	20,0
De 11 a 14 anos	23,7	35,3	18,7	33,2	20,9	32,1
15 ou mais anos	7,2	7,8	8,1	10,3	9,8	11,8
Não determinado / sem declaração	0,1	0,1	0,6	0,3	0,8	0,4
Desocupados	122.456	351.886	125.681	314.199	121.899	188.859
Taxa de desocupação (%)	9,6	19,4	7,0	12,1	7,5	8,9

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

Do lado da oferta,¹ ocorreu elevação da taxa de atividade, resultado tanto de mudanças na estrutura demográfica da população – aumento do peso relativo da população em idade de trabalhar –, como de uma maior pressão sobre o mercado de trabalho exercida pelas famílias cujos arranjos de inserção passaram a incluir, com maior frequência, segmentos da população que historicamente apresentavam maior propensão a permanecerem inativos, particularmente as mulheres e os jovens. Este aumento da participação feminina e juvenil no mercado de trabalho obviamente é tributário de transformações culturais e políticas importantes, como a saída maciça das mulheres do espaço privado e a afirmação da independência e identidade juvenis – esta última fortemente associada ao consumo em nossa sociedade. Somam-se a essas transformações, que já vinham se processando ao longo de décadas, mudanças mais recentes nas estratégias familiares – referidas à divisão do trabalho intrafamiliar e ao uso do tempo dos componentes da família – em resposta a transformações que estão se processando na estrutura produtiva, como já mostraram diversas autoras que se debruçaram sobre o tema, analisando, particularmente, o caso da Região Metropolitana de São Paulo (MONTALI, 2000, 2002, 2003, 2004; GOLDANI, 1998; KON, 2005).

O crescimento da taxa de atividade global – puxado pela elevação da participação feminina, uma vez que as taxas médias masculinas cresceram pouco ou sofreram pequenas reduções – ocorreu nas três regiões e refere-se à entrada, no mercado de trabalho, de uma população cada vez mais escolarizada, pois, nessas regiões, mais de 60% do incremento da População Economicamente Ativa correspondeu a pessoas com, pelo menos, o ensino médio completo.

O incremento nas taxas de participação foi maior nas Regiões Metropolitanas de Salvador e Belo Horizonte, o que talvez se explique porque o mercado de trabalho da

RM de Porto Alegre já apresentava taxas médias bem mais elevadas no início do período considerado.

A análise das taxas de atividade específicas por idade mostra o fenômeno da retirada das crianças e adolescentes do mercado de trabalho nas Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e Porto Alegre e o aumento da participação deste segmento da população apenas na mais pobre das três regiões (Salvador), revelando as dificuldades encontradas pelas famílias mais carentes desta área para dispensar a contribuição dos adolescentes na formação da renda familiar.

Na idade adulta, a expressiva elevação das taxas específicas de atividade traduz o crescimento na participação feminina, inclusive nas idades mais avançadas. Esse aumento, um fenômeno generalizado no capitalismo globalizado, remete a mudanças tecnológicas e organizacionais e a uma reestruturação empresarial que tem levado a uma drástica redução dos contingentes de trabalhadores nas atividades produtoras de bens – espaços com maior presença masculina – e ao crescimento do contingente de trabalhadores necessários nas atividades do terciário, em que são crescentes as possibilidades de incorporação do trabalho feminino. As três regiões registraram essa expansão da participação feminina, mas o fenômeno foi bem mais expressivo em Belo Horizonte e, especialmente, em Salvador, o que é coerente com a elevada proporção de famílias chefiadas por mulheres nessa última região. Já em Porto Alegre, o incremento da participação feminina foi relativamente baixo (de 51,4% para 54,7%), sugerindo a existência de importantes diferenças entre as estratégias de inserção adotadas pelas famílias das três áreas estudadas.

Em síntese, as alterações no perfil da oferta de trabalho, por si só, já revelam que, seja pelas mudanças na sua estrutura, seja pelos constrangimentos colocados pela esfera produtiva, seja, ainda, por ambas as razões, no período analisado as famílias das

¹ Sempre tendo em mente que, no mercado de trabalho, oferta e demanda não são grandezas independentes, pois a demanda – as empresas e instituições – age simultaneamente dos dois lados, isto é, a gestão do capital é, simultaneamente, gestão dos trabalhadores e das suas famílias (MARX, 1971; BORGES, 2003).

três regiões metropolitanas alteraram significativamente suas estratégias diante do mercado de trabalho.

Essas estratégias familiares de inserção são informadas, em cada região, pela estrutura da sua economia, sua capacidade de incorporação de trabalhadores e as condições desta incorporação. Quanto a este ponto, existem diferenças importantes entre as três economias metropolitanas selecionadas, em relação tanto à estrutura setorial da atividade econômica, quanto à posição de cada uma dessas regiões na divisão inter-regional do trabalho no país, diferenças que são fundamentais para a determinação e explicação dos impactos da reestruturação produtiva sobre os respectivos mercados de trabalho.

Quanto a esse último ponto, as três regiões selecionadas estão fora do eixo Rio/São Paulo – núcleo dinâmico originário da economia nacional –, sendo que suas estruturas econômicas foram conformadas em processos históricos muito particulares e, no contexto da atual reestruturação produtiva, estão sofrendo rápida redefinição da sua posição no processo de acumulação em âmbitos nacional e global.

A RM de Belo Horizonte, por exemplo, estreitou suas articulações com o eixo dinâmico da economia brasileira e passou a integrá-lo, no bojo do processo de “desconcentração concentrada”, que deslocou atividades da metrópole paulista para concentrá-las num perímetro relativamente estreito, que inclui a capital mineira. A Região Metropolitana de Porto Alegre, área periférica que historicamente apresenta os melhores indicadores sociais do país, vivenciou um processo de reestruturação que incorporou os efeitos do Mercosul, passando a integrar um novo espaço de dinamismo industrial da economia brasileira (ARAÚJO, 1997; 2000; GUIMARÃES NETO, 1995; TAVARES, 2000; SABÓIA, 2001).

Já a RMS, situada na região mais pobre do Brasil e beneficiária do processo de desconcentração industrial na etapa anterior do desenvolvimento brasileiro, recebeu, nos anos 90, alguns investimentos industriais de porte, que reforçaram seu padrão de industrialização baseado em grandes in-

vestimentos com baixa capacidade de geração de empregos e de distribuição da renda na região, mas perdeu muito com o processo de reconcentração, no Sudeste/Sul, das atividades de gestão empresarial e dos serviços produtivos mais modernos.

Conseqüentemente, os três mercados de trabalho metropolitanos vão apresentar diferenças significativas na estrutura setorial da ocupação e nas formas de inserção, como mostram os dados da Tabela 2. Nos mercados de trabalho das RMs de Belo Horizonte e Porto Alegre, os percentuais de ocupados em atividades produtoras de bens e, particularmente, na Indústria de Transformação – cujos postos de trabalho geralmente são mais bem remunerados – são mais elevados do que na RM de Salvador, que registra um dos percentuais mais altos de terciarização no contexto metropolitano brasileiro (78%, em 2004). Ademais, na RMS, a parcela de ocupados que se encontram em atividades de baixa produtividade (como o pequeno comércio, ambulantes, serviços de reparação, serviços domésticos, etc.) é mais elevada do que nas outras duas regiões metropolitanas estudadas.

Em conseqüência, no início do período analisado (1995), este mercado já registrava a menor proporção (43,4%) de empregos protegidos – com carteira assinada e funcionários públicos –, a taxa de desemprego aberto mais elevada (9,6%) entre todos os mercados de trabalho metropolitanos e o rendimento médio mais baixo, indicadores que revelam seu grau de precariedade, superior ao das outras duas regiões, ainda que a precariedade, com intensidade variada, seja um traço comum (e estrutural) a todos os mercados de trabalho do país.

Como sabido, a reestruturação produtiva que se acelerou a partir de 1990 e o conjunto de mudanças provocadas pela gestão neoliberal da economia promoveram transformações de fundo nas possibilidades de incorporação dos trabalhadores ao processo produtivo e nas condições dessa incorporação, forçando e condicionando os arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho

(MONTALI, 2000). Resumidamente, essas transformações incluíram a terceirização do emprego e da ocupação, a redução da proporção de postos de trabalho socialmente protegidos, a ampliação dos contingentes de ocupados em empregos/ocupações precárias e o decréscimo dos salários reais para a maioria dos trabalhadores, sobretudo, para aqueles situados nas faixas de rendimento um pouco mais elevadas do que o salário mínimo (BORGES, 2003).

Os mercados de trabalho estudados foram fortemente atingidos por esses processos, registrando uma piora em todos os indicadores, mas o ponto de partida e a intensidade das perdas não foram os mesmos em todos eles.

Com relação ao desemprego, como visto, a RMS registra a maior taxa no início e no fim do período, atingindo quase 20% da PEA em 2004, enquanto a de Belo Horizonte, que apresentava a menor taxa de desemprego em 1995, passou a ocupar o segundo lugar em 2004, com um incremento relativo de 51% neste indicador. A Região Metropolitana de Porto Alegre, pelo contrário, embora também tenha registrado elevação do desemprego, obteve o menor incremento relativo, alcançando, em 2004, uma taxa inferior àquela verificada na RMS em 1995. Ou seja, tanto no início como no fim do período, o mercado de trabalho da RM de Porto Alegre apresentou os indicadores mais positivos (ou menos

graves) comparativamente às duas outras metrópoles.

O desemprego cresceu em praticamente todas as idades nas regiões estudadas, mas continuou concentrado nos segmentos mais jovens e nas mulheres. Com efeito, apesar da elevação das taxas de desemprego dos adultos com mais de 30 anos, entre 1995 e 2004 são os jovens, de ambos os sexos, que arcaram com os maiores incrementos nas taxas de desemprego, notadamente na RMS e na RMBH, cujas taxas do grupo de 15 a 29 anos alcançaram, em 2004, nada menos do que 29,3% e 20,4%, respectivamente. Entre os de 15 a 19 anos, o quadro é ainda mais grave: neste último ano, a taxa de desemprego deste segmento ficou em torno de 43%, na RMS, e 34% (18 e 19 anos), na RMBH.

Estas taxas indicam as dificuldades encontradas pelas famílias dessas regiões com filhos adultos jovens para recompor a renda familiar, em caso de desemprego ou de perdas salariais do chefe e/ou do cônjuge, confirmando uma das principais mudanças da atual crise do emprego. Como já apontado por Montali (2000, 2003), nos seus estudos para a RMSP, também nas regiões aqui consideradas as estratégias do passado, baseadas na inclusão dos filhos jovens na força de trabalho familiar, tornam-se cada vez mais inaplicáveis (ou melhor, pouco eficazes), aumentando a importância do trabalho da mulher cônjuge (GOLDANI, 2002; ARRIAGADA, 2001).

TABELA 3
Taxas de desemprego, segundo sexo e idade
Regiões Metropolitanas de Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre – 1995-2004

Sexo e idade	Em porcentagem					
	RM de Salvador		RM de Belo Horizonte		RM de Porto Alegre	
	1995	2004	1995	2004	1995	2004
Total de desempregados	122.456	351.886	125.681	314.199	121.899	188.859
Taxa de desemprego total	9,6	19,4	7,0	12,1	7,5	8,9
Homens	8,2	15,3	6,3	10,1	6,2	6,5
Mulheres	11,5	23,6	8,0	14,5	9,2	11,7
Idade						
De 10 a 14 anos	9,7	24,4	22,1	27,0	16,3	16,7
De 15 a 29 anos	14,8	29,3	11,2	20,4	12,7	15,7
De 30 a 49 anos	6,2	13,0	3,6	7,2	4,6	5,6
De 50 anos ou mais	4,0	8,7	1,8	4,7	3,5	3,8

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

Obviamente, essa exclusão em larga escala de jovens do mercado de trabalho – eles representavam, em 2004, 61% dos desempregados na Região Metropolitana de Porto Alegre, 66% na de Belo Horizonte e 62% na de Salvador (BORGES, 2001; 2003) – também obriga a extensão do período de vida ativa dos pais ou responsáveis e introduz mudanças não desprezíveis na composição dos grupos domésticos: permanência por maior tempo dos jovens adultos na família de origem; retardamento da constituição de novas famílias e reagrupamento familiar, com o retorno à família de origem de filhos casados/separados e desempregados/subempregados, podendo ocorrer ou não a presença de netos.

Como dito, além de juvenil, o desemprego também é, largamente, um fenômeno feminino. Entre 1995 e 2004, as taxas de desemprego das mulheres, sempre as mais elevadas, distanciaram-se ainda mais das masculinas e, majoritariamente jovens, elas responderam, em 2004, por muito mais da metade do estoque de desempregados: 59% na RMS; 55% na RMBH e 60% na RM de Porto Alegre.

Isso significa que, embora as mulheres venham assumindo um papel cada vez mais relevante no provimento das famílias – inclusive na presença do chefe homem – e venham também sendo beneficiadas pela expansão de alguns dos seus “nichos ocupacionais”, as condições extremamente adversas do mercado de trabalho têm reduzido bastante a eficácia dos arranjos de inserção centrados na força de trabalho feminina. Como será mostrado, além do desemprego, conspiram contra o sucesso destes arranjos a precariedade da ocupação e os salários das mulheres que conseguem se inserir no mercado de trabalho, na maior parte dos casos inferiores aos dos homens.

Além da sustentação da taxa de desemprego num patamar elevado, a precarização dos postos de trabalho é um dos principais componentes do processo de desestruturação dos mercados de trabalho que resultou da atual reestruturação produtiva, sob a égide da gestão neoliberal da

economia e do Estado. Medida pelo nível dos rendimentos e pela evolução da proporção de postos de trabalho socialmente protegidos – empregos com vínculo empregatício regulamentado e que asseguram, em graus variados, proteções contra eventos como demissão imotivada, desemprego, doença, acidentes de trabalho e direitos como a aposentadoria e a pensão para os dependentes –, a precarização atingiu tanto os mercados de trabalho mais estruturados (RMBH e RMPOA) como o da RMS, historicamente marcado por elevados níveis de precariedade.

De fato, como mostram os dados da Tabela 2, entre os três mercados de trabalho analisados, o da RMS é o que mantém a mais baixa proporção de postos de trabalho protegidos (cerca de 42% em 2004). Já as outras duas regiões, cujos mercados de trabalho eram mais estruturados antes da atual crise, também registraram queda nas respectivas proporções de empregos protegidos – mais acentuada em Belo Horizonte do que em Porto Alegre – mas, ainda assim, preservaram estoques de postos de trabalho socialmente protegidos proporcionalmente maiores do que o encontrado na RMS. Além disso, a queda dos rendimentos médios reais dos ocupados ocorrida nessas duas regiões foi menor do que a sofrida na RMS e, o que é mais relevante, incidiu sobre níveis médios de remuneração bem superiores aos vigentes no mercado de trabalho da região metropolitana baiana.

Finalmente, os últimos indicadores utilizados para medir a precarização dos postos de trabalho nas áreas selecionadas – os percentuais de ocupados nas faixas de rendimento de até um salário mínimo e de até dois salários mínimos – confirmam as condições mais favoráveis experimentadas pelos trabalhadores mineiros e gaúchos *vis à vis* os baianos: o mercado de trabalho da RMS registrou a maior perda no rendimento médio real dos ocupados entre 1995 e 2004 (24%) e, ainda, apresentava, nos dois anos, elevadíssimas proporções de ocupados nas classes mais baixas de remuneração (em 2004, 37% dos ocupados da RMS ganhavam até um salário mínimo e nada

menos do que 68,3% recebiam menos de dois salários mínimos). Essas diferenças revelam que os três mercados de trabalho analisados, apesar de expostos às mesmas mudanças que acompanham a reestruturação das empresas, a reforma do Estado e a flexibilização generalizada das relações de trabalho, apresentam níveis de precarização muito distintos, o que implica alternativas (e recursos) diferentes de enfrentamento da crise por parte das famílias dessas regiões.

Exposição das famílias aos riscos do mercado de trabalho

Esses rápidos comentários sobre as transformações sofridas pelos mercados de trabalho regionais consideraram, para análise, os indivíduos isolados das suas famílias. Agora, essas últimas são tomadas como objeto, para avaliar como as perdas contabilizadas pelos trabalhadores das três regiões se propagaram para as famílias, amplificando os efeitos negativos da crise.

A leitura dos indicadores relativos às famílias é indispensável para a compreensão da magnitude da crise que atingiu o mercado de trabalho, porque os ônus do desemprego e da ocupação precária não são suportados exclusivamente pelos indivíduos que os vivenciam. Pelo contrário, esses processos afetam um número bem maior de pessoas do que as vítimas normalmente contabilizadas nas estatísticas, pois

os desempregados e os trabalhadores precarizados integram famílias que serão mais ou menos afetadas pelas experiências vivenciadas por seus membros no mercado de trabalho, em função da sua composição, da posição que o trabalhador atingido ocupa na família e dos recursos que essas dispõem para enfrentar as desventuras de um ou mais dos seus membros (BARRÈRE-MAURISSON, 2000).

Para proceder a essa análise, os dados da PNAD foram primeiramente tabulados de modo a identificar as famílias – classificadas por tipo – que tinham ao menos um dos seus membros na condição de desempregado (Tabela 4). Já a Tabela 5 fornece elementos para discutir o impacto da expansão da ocupação precária² nas três regiões metropolitanas. Seus dados mostram a proporção e o número absoluto de famílias com um ou mais dos seus membros em ocupações precárias e o número médio de trabalhadores nessa situação por família atingida.

Em primeiro lugar, observe-se que, entre 1995 e 2004, ocorreu, nas três regiões, um expressivo incremento do número de famílias com pelo menos um dos seus membros nas fileiras dos desempregados e/ou dos ocupados em postos de trabalho precários, aumento que foi mais expressivo na RMS e na RMBH.

Esses indicadores mostram claramente como o impacto do desemprego e da ocupação precária é mais bem visualizado

TABELA 4
Taxas de desemprego e impacto sobre as famílias
Regiões Metropolitanas de Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre – 1995-2004

Especificação	RM de Salvador		RM de Belo Horizonte		RM de Porto Alegre	
	1995	2004	1995	2004	1995	2004
Taxas de desemprego total (%)	9,6	19,4	7,0	12,1	7,5	8,9
Famílias com desempregados						
Porcentagem	13,8	27,5	10,9	18,1	10,7	12,6
Números Absolutos	101.477	286.129	111.651	273.008	108.031	172.068
Média de desempregados por família com desempregado	1,21	1,23	1,13	1,15	1,13	1,10

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

² A ocupação precária aqui considerada inclui os ocupados nas seguintes categorias da PNAD: outros empregados sem carteira; empregados sem declaração de carteira; trabalhador doméstico com carteira; trabalhador doméstico sem carteira; trabalhador doméstico sem declaração de carteira; trabalhador na produção para o próprio consumo; trabalhador na construção para o próprio uso.

quando observado do ponto de vista das famílias (SOUZA, 1999). Na Tabela 4, tomando como referência o ano de 2004, com uma taxa de desemprego de 19,4% foram afetadas 27,5% das famílias da RMS. A taxa de 12%, na RMBH, repercutiu sobre 18,1% das famílias da região e, na RMPOA, esses números foram de, respectivamente, 8,9% e 12,6%. No período considerado, o incremento relativo do número de famílias com desempregados alcançou impressionantes 182% na RMS, 184% na RMBH e bem menos na RMPOA (59%), reafirmando o melhor desempenho do seu mercado de trabalho neste período. No entanto, mesmo nessa região, a precariedade se expandiu sob outras formas, mais do que dobrando o número de famílias com ocupados por conta própria ganhando menos de um salário mínimo.

Já o tipo de inserção precária que mais atinge as famílias das três regiões – o trabalho assalariado informal ou precário, com ou sem remuneração – apresentou incrementos menores, mas, ainda assim, em 2004, a proporção de famílias metropolitanas com pelo menos um dos seus integrantes nesse tipo de ocupação situava-se entre cerca de 30% do total de famílias

na RM de Porto Alegre e 35,4% na de Belo Horizonte.

Esses percentuais de famílias com desempregados, com ocupados em postos precários e com conta própria com menos de um salário mínimo, embora não possam ser somados, porque uma mesma família pode ter os seus membros distribuídos em mais de uma dessas situações (um desempregado e um contra própria, por exemplo), permitem vislumbrar a magnitude do impacto da atual crise do mercado de trabalho sobre as famílias das três regiões estudadas.

De um lado, esses dados sugerem que bem mais da metade das famílias metropolitanas estudadas convivem com o desemprego e/ou com o trabalho precário de um ou mais dos seus membros, sendo a RMS aquela onde as famílias estão mais expostas a esses riscos, seguida da RMBH, encontrando-se a RMPOA numa situação menos grave. Esses números são coerentes com os resultados encontrados pelas pesquisas mais recentes sobre o mercado de trabalho brasileiro, que mostram como a atual reestruturação produtiva vem atingindo as oportunidades de trabalho de segmentos até então protegidos dos riscos do mercado de trabalho: os trabalhadores mais

TABELA 5
Famílias, segundo presença de ocupados em postos de trabalho precários
Regiões Metropolitanas de Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre – 1995-2004

Especificação	RM de Salvador		RM de Belo Horizonte		RM de Porto Alegre	
	1995	2004	1995	2004	1995	2004
Famílias com ocupados em postos de trabalho precários						
Em porcentagem	35,5	34,7	33,4	35,4	30,3	29,7
Números absolutos	261.170	361.551	343.009	533.837	306.628	406.402
Média de ocupados em postos de trabalho precário por família com ocupados nesta situação	1,29	1,28	1,31	1,29	1,25	1,19
Famílias com conta-própria ganhando menos de um salário mínimo						
Em porcentagem	11,5	15,8	4,8	8,6	4,9	7,8
Números absolutos	84.623	164.973	49.086	129.820	50.017	107.319
Média de conta-própria ganhando menos de um salário mínimo por família com conta-própria nessa situação	1,13	1,14	1,08	1,13	1,09	1,12

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

escolarizados; os ocupantes de cargos de chefia e gerência, fortemente atingidos pela reestruturação das empresas; e, sobretudo, os jovens – inclusive os que portam os diplomas mais elevados –, os quais têm encontrado crescentes dificuldades de inserção no mercado de trabalho e, quando logram consegui-la, são elevadas as chances de ficarem aprisionados em postos de trabalho precários, mal remunerados e sem futuro (BORGES, 2003).

Mas, de outro lado, esses indicadores sobre os impactos do desemprego e da precarização sobre as famílias também mostram que, mesmo num contexto de am-

pliação do número de segmentos sociais vulneráveis – além dos novos pobres pode-se falar em novos vulneráveis –, os riscos do mercado de trabalho ainda atingem mais intensamente algumas famílias do que outras. O número médio de desempregados e de precarizados por família sinaliza para a persistência dessa distribuição desigual dos riscos. Sempre superior a 1, ele indica que muitas famílias ainda estão sendo poupadas e que outras estão sendo penalizadas pelo desemprego e pela ocupação precária de mais de um dos seus membros, fenômeno que se revela mais freqüente na RMS e na RMBH.

TABELA 6
Famílias com ocupados em postos de trabalho precários, conta-própria ganhando menos de um salário mínimo e desempregados, segundo tipos de arranjo familiar
Regiões Metropolitanas de Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre – 1995-2004

Arranjos familiares	Em porcentagem					
	Famílias com ocupados em postos de trabalho precários		Famílias com conta-própria ganhando menos de 1 SM		Famílias com desempregados	
	1995	2004	1995	2004	1995	2004
RM de Salvador	35,5	34,7	11,5	15,8	13,8	27,5
Casal sem filhos	26,5	29,9	8,8	14,0	9,3	19,3
Casal com filhos menores de 14 anos	33,0	35,4	10,2	15,2	12,1	25,8
Casal com filhos de 14 anos ou mais	43,1	40,3	14,3	19,8	21,6	40,2
Casal com filhos de idades variadas	51,3	42,4	18,1	25,4	17,6	34,6
Mãe com filhos menores de 14 anos	31,1	31,6	7,3	11,3	11,8	25,6
Mãe com filhos de 14 anos ou mais	37,8	40,2	11,4	17,1	22,2	36,9
Mãe com filhos de idades variadas	51,4	49,4	19,7	22,1	16,9	46,7
Outros tipos de família	26,2	25,0	8,9	11,5	7,9	13,5
RM de Belo Horizonte	33,4	35,4	4,8	8,6	10,9	18,1
Casal sem filhos	24,6	26,4	2,5	8,6	3,5	13,7
Casal com filhos menores de 14 anos	26,1	34,1	3,7	7,7	8,5	14,6
Casal com filhos de 14 anos ou mais	43,6	45,0	7,6	12,7	17,3	26,0
Casal com filhos de idades variadas	49,3	44,6	7,3	12,8	16,1	26,5
Mãe com filhos menores de 14 anos	34,1	30,0	2,6	4,7	12,6	13,1
Mãe com filhos de 14 anos ou mais	37,2	40,4	7,9	9,9	13,3	26,2
Mãe com filhos de idades variadas	50,4	55,7	6,5	12,4	17,1	35,1
Outros tipos de família	22,3	25,2	2,1	4,1	5,8	8,1
RM de Porto Alegre	30,3	29,7	4,9	7,8	10,7	12,6
Casal sem filhos	24,5	24,4	4,7	6,8	7,1	8,1
Casal com filhos menores de 14 anos	29,7	28,5	4,2	7,8	8,5	12,7
Casal com filhos de 14 anos ou mais	36,0	40,3	7,2	8,8	15,0	17,1
Casal com filhos de idades variadas	49,1	47,3	6,7	11,7	17,3	19,6
Mãe com filhos menores de 14 anos	27,1	25,9	2,1	7,3	11,8	14,1
Mãe com filhos de 14 anos ou mais	34,3	34,3	4,7	9,8	19,2	19,9
Mãe com filhos de idades variadas	37,5	44,8	6,7	7,1	15,4	22,7
Outros tipos de família	18,0	17,7	4,4	5,9	5,3	5,3

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

A leitura dos dados sobre a incidência do desemprego e da precariedade por tipo de família fornece uma primeira aproximação dessa distribuição desigual dos riscos entre as famílias metropolitanas. Essa desigualdade é, em grande medida, determinada pela forma como estão hoje distribuídos esses riscos entre os trabalhadores em função das variáveis idade, sexo, escolaridade, cor e posição na família. Neste estudo, destaca-se apenas a relevância da variável idade, hoje uma das mais determinantes na definição das famílias mais expostas aos riscos aqui considerados.

Com efeito, a elevadíssima participação dos jovens de ambos os sexos no estoque de desempregados e de trabalhadores precarizados faz com que, entre as famílias mais atingidas na atual crise, estejam aquelas com a presença de filhos jovens em idade de trabalhar. Como pode ser observado na Tabela 6, em todas as regiões metropolitanas estudadas, os tipos de família que apresentam maiores proporções de membros nas situações anteriormente referidas são aquelas “com filhos de 14 anos ou mais” e

as “com filhos em idades variadas”, independente de serem famílias do tipo “casal” ou do tipo “mãe com filhos”. Ou seja, à primeira vista, a presença dos dois pais (ou equivalentes) parece não reduzir muito as chances de a família escapar dos riscos do desemprego e da inserção precária no mercado de trabalho, quando estão presentes filhos adolescentes e jovens, cujas chances de inserção tornaram-se, como visto, muito limitadas.

Mesmo assim, a taxa de desemprego por tipo de família sugere que, na RMS, as taxas das famílias formadas por mãe com filhos em idade de trabalhar são mais elevadas em relação às daquelas compostas por casal com filhos igualmente em idade de trabalhar. Em termos absolutos, as famílias com “mães e filhos” respondiam por 33% do total de desempregados desta região e por apenas 23% da PEA regional, uma sobre-representação que aparece também em Belo Horizonte (27,6% dos desempregados e 19,2% da PEA) e em Porto Alegre (respectivamente, 24,9% e 14,9%). Além disso, as famílias formadas por mães e filhos menores de 14 anos tam-

TABELA 7
Taxas de desemprego e distribuição dos desempregados, segundo tipos de arranjo familiar
Regiões Metropolitanas de Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre – 1995-2004

Arranjos familiares	Em porcentagem					
	Taxa de desemprego			Distribuição dos desempregados		
	RMS	RMBH	RMPOA	RMS	RMBH	RMPOA
1995	9,6	7,0	7,5	100,0	100,0	100,0
Casal sem filhos	7,2	2,6	6,1	6,8	2,8	10,5
Casal com filhos menores de 14 anos	7,9	5,7	5,4	23,1	21,3	21,2
Casal com filhos de 14 anos ou mais	10,3	7,5	7,6	16,6	21,3	16,5
Casal com filhos de idades variadas	9,4	8,1	8,6	17,9	23,7	20,9
Mãe com filhos menores de 14 anos	13,5	13,9	13,1	5,8	7,0	5,9
Mãe com filhos de 14 anos ou mais	16,1	7,6	13,2	15,6	11,3	14,0
Mãe com filhos de idades variadas	12,3	11,1	9,7	5,6	5,0	3,1
Outros tipos de família	7,4	5,6	6,2	8,5	7,6	7,9
2004	19,3	12,1	8,9	100,0	100,0	100,0
Casal sem filhos	13,4	10,8	6,5	6,7	8,1	10,8
Casal com filhos menores de 14 anos	15,8	9,1	8,0	18,7	16,4	21,5
Casal com filhos de 14 anos ou mais	20,8	12,1	8,0	22,0	25,8	19,9
Casal com filhos de idades variadas	18,4	13,7	9,5	10,6	14,6	14,5
Mãe com filhos menores de 14 anos	26,8	15,2	15,4	7,3	5,0	6,2
Mãe com filhos de 14 anos ou mais	25,8	16,9	14,1	19,8	17,2	14,3
Mãe com filhos de idades variadas	32,1	23,2	16,2	6,2	5,4	4,3
Outros tipos de família	14,0	8,2	6,8	8,8	7,5	8,4

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

bém registram taxas de desemprego sensivelmente mais elevadas do que a dos casais com filhos nesta idade.

A explicação para essa maior exposição aos riscos do mercado de trabalho dessas famílias monoparentais parece estar na maior dependência que elas têm da força de trabalho juvenil, que, como visto, é o segmento mais exposto aos riscos acentuados pela crise do mercado de trabalho. Em outras palavras, são os jovens dessas famílias os que mais pressionam o mercado de trabalho, expondo-se mais aos seus riscos do que os jovens pertencentes a famílias formadas por “casal e filhos” – a maioria com mais de um provedor –, os quais têm mais chances de permanecer por mais tempo fora do mercado de trabalho.

Desse modo, os tipos de família sub-representados na distribuição dos riscos do mercado de trabalho são o “casal sem filhos”, o “casal com filhos menores de 14 anos” e os “outros tipos de família”, que são, geralmente, arranjos entre parentes.

Esses dados vêm reforçar os argumentos em defesa de políticas específicas para a juventude, tanto aquelas que visam ampliar o período de formação escolar quanto as que estão voltadas para reduzir as barreiras à inserção dos jovens no mercado de trabalho e para assegurar-lhes acesso à renda, seja através do trabalho, seja por meio de transferências públicas transitórias que lhes assegure a independência financeira mínima necessária à vivência plena da juventude, naqueles casos em que a família não é capaz de realizar essas transferências.

É importante assinalar, porém, que não se ignora que a magnitude do déficit de lugares nos mercados de trabalho do país, que tem vitimado principalmente os jovens à procura do primeiro emprego, torna impossível reduzi-lo significativamente apenas com políticas pontuais, focalizadas e compensatórias para grupos em desvantagem. Tal tarefa supõe mudanças estruturais no modelo de desenvolvimento do país, capazes de redefinir sua inserção no capitalismo globalizado e de redesenhar a forma como está distribuída a renda e a propriedade no país.

Distribuição dos riscos segundo posição na família

A análise das taxas de atividade, desemprego e ocupação, bem como da distribuição dos desempregados e dos ocupados segundo posição na família, permite visualizar, de uma outra perspectiva, como vem se reestruturando a relação família *versus* mercado de trabalho nas três regiões estudadas.

A primeira mudança a destacar é a queda na participação do chefe na atividade econômica acompanhada do crescimento da participação dos cônjuges e dos filhos, em todas as regiões, confirmando a tendência à perda de importância do modelo do chefe provedor (GOLDANI, 2002). A expansão do desemprego atinge todos os componentes da família, inclusive os chefes, historicamente menos expostos a este risco. Neste movimento de aumento geral das taxas de desemprego, destaca-se, como visto, a Região Metropolitana de Salvador pelas elevadas taxas de desemprego dos chefes de família e dos cônjuges, que correspondem ao dobro ou quase das taxas das outras duas regiões.

O indicador ocupados/População em Idade Ativa (PIA), que oferece uma medida mais direta da inserção de cada segmento na atividade produtiva, mostra como efetivamente as condições do mercado de trabalho vêm contribuindo para a desconstrução do modelo do chefe provedor. Nas três regiões, a participação dos chefes na atividade econômica recuou entre 1995 e 2004, oscilando nesse último ano entre 70% e 72%, enquanto a participação do cônjuge, apesar da elevação do desemprego, cresceu expressivamente nas três regiões, como pode ser visto na Tabela 8.

Como era de se esperar, a participação dos filhos vem sendo fortemente afetada pelo desemprego juvenil, pois, apesar de registrarem expressivos aumentos nas suas taxas de participação, apenas uma parte dos que buscam trabalho consegue efetivamente se inserir no mercado de trabalho. Assim, entre 1995 e 2004, a relação ocupados/PIA cresceu pouco para esta categoria, correspondendo, neste

TABELA 8
Taxas de atividade, desocupação e ocupação, segundo posição na família
Regiões Metropolitanas de Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre – 1995-2004

Posição na família	Em porcentagem					
	Atividade		Desocupação		Ocupados/PIA	
	1995	2004	1995	2004	1995	2004
RM de Salvador						
Pessoa de referência ou chefe	81,0	79,1	5,4	11,6	76,6	69,9
Cônjuge	55,7	68,3	9,4	18,5	50,5	55,6
Filho	40,6	52,3	17,8	32,6	33,3	35,2
Outro parente	48,7	56,0	14,8	25,2	41,5	41,9
Agregado	45,1	66,7	4,3	8,8	43,1	60,8
Pensionista	85,7	94,1	0,0	18,8	85,7	76,5
RM de Belo Horizonte						
Pessoa de referência ou chefe	78,8	75,6	3,5	6,2	76,0	70,9
Cônjuge	49,1	62,5	6,0	10,6	46,1	55,9
Filho	46,7	54,0	12,7	22,2	40,7	42,0
Outro parente	57,4	56,1	10,3	15,7	51,4	47,3
Agregado	54,0	80,0	3,7	12,5	52,0	70,0
Pensionista	94,1	94,1	4,2	6,3	90,2	88,2
RM de Porto Alegre						
Pessoa de referência ou chefe	80,9	76,0	4,4	5,2	77,3	72,1
Cônjuge	57,0	65,2	7,3	8,7	52,8	59,5
Filho	44,2	47,0	14,5	17,1	37,8	39,0
Outro parente	48,5	45,6	12,0	13,1	42,7	39,6
Agregado	81,3	70,5	15,4	12,9	68,8	61,4
Pensionista	83,3	81,1	10,0	4,7	75,0	77,4

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD

último ano, a apenas 35%, na RMS, 42% na RMBH e 39% na RMPOA. Ou seja, a pressão das famílias das três regiões estudadas sobre o mercado, expressa na elevação das taxas de participação dos outros membros da família para compensar o desemprego ou a perda de renda da pessoa de referência, não tem surtido o efeito esperado.

Na Tabela 9, é apresentada a contribuição que, em média, cada um dos componentes da família aporta para a formação da renda familiar, um indicador que sintetiza as mudanças que estão se processando no interior das famílias, sobretudo pelos constrangimentos colocados pela crise do mercado de trabalho. Verifica-se como, a partir do Plano Real, ocorreu uma expressiva redução da contribuição do chefe homem para a formação da massa de rendimentos das famílias, a qual, em 2004, já se encontrava abaixo dos 50% em todas as regiões metropolitanas estudadas.

Em contrapartida, aumentou a contribuição dos chefes mulheres e dos cônjuges

de ambos os sexos, mas, em sua maioria, mulheres. Como esperado, em face do desemprego juvenil, o percentual da contribuição dos filhos para a formação da renda familiar caiu um pouco na RM de Belo Horizonte e cresceu muito pouco nas outras duas regiões. No cômputo final, as mudanças nos arranjos familiares e na divisão sexual do trabalho, refletidas nas transformações aqui assinaladas, propiciaram a elevação da contribuição feminina para a formação da renda familiar: em 2004, as mulheres foram responsáveis por 41% da massa de rendimentos em mãos das famílias da RMS e por 38,4% deste agregado nas regiões metropolitanas de BH e Porto Alegre (OLIVEIRA, 2005).

Obviamente, apesar do aumento registrado entre 1995 e 2004, esse patamar de contribuição das mulheres ainda deve ser considerado baixo, mormente quando comparado com a elevada presença feminina no conjunto dos ocupados. Em 2004, elas já eram 46% dos ocupados na RMS,

TABELA 9
Distribuição da massa de rendimentos, por sexo, segundo posição na família
Regiões Metropolitanas de Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre – 1995-2004

Em porcentagem

Posição na Família	1995			2004		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
RM de Salvador	66,2	33,3	99,5	58,4	41,4	100,0
Pessoa de referência ou chefe	58,3	12,1	70,4	45,0	21,1	66,1
Cônjuge	0,3	16,0	16,3	4,6	13,4	18,0
Filho	5,5	3,5	9,1	6,4	4,0	10,4
Outro parente	1,9	1,5	3,4	1,9	2,4	4,2
Agregado	0,1	0,2	0,3	0,3	0,4	0,7
Pensionista	0,1	0,0	0,1	0,2	0,1	0,3
RM de Belo Horizonte	67,5	32,3	99,8	61,6	38,2	100,0
Pessoa de referência ou chefe	56,5	12,4	68,9	48,1	17,1	65,2
Cônjuge	0,2	13,3	13,4	3,7	14,6	18,2
Filho	8,3	4,5	12,9	7,9	4,6	12,5
Outro parente	1,6	1,8	3,4	1,5	1,8	3,3
Agregado	0,1	0,1	0,2	0,0	0,1	0,1
Pensionista	0,7	0,2	0,9	0,4	0,1	0,4
RM de Porto Alegre	65,6	0,1	0,1	61,6	38,3	100,0
Pessoa de referência ou chefe	57,8	13,4	71,2	49,6	17,6	67,2
Cônjuge	1,0	16,0	17,1	4,9	15,6	20,5
Filho	5,1	3,2	8,3	5,7	3,3	9,0
Outro parente	1,1	1,4	2,4	1,2	1,5	2,7
Agregado	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,2
Pensionista	0,5	0,1	0,6	0,2	0,2	0,3

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD.

45,3% na RM de Belo Horizonte e 44% na de Porto Alegre.

O resultado deste conjunto de mudanças na composição da força de trabalho familiar e nas suas condições de acesso aos postos de trabalho sobre os seus rendimentos é claro: nas três regiões diminuiu o rendimento médio familiar *per capita*, sendo as maiores perdas encontradas exatamente na Região Metropolitana de Salvador (22,4%), o que contribuiu para aumentar, neste como em outros indicadores, a distância que separa esta região metropolitana das outras duas (18% em BH e 16% em Porto Alegre). Esta queda no rendimento médio das famílias metropolitanas, que acompanha a recomposição da força de trabalho familiar, remete à persistência das desigualdades entre homens e mulheres e à não permutabilidade dos componentes da família no mercado de trabalho (MONTALI, 2003), dois fenômenos que contribuem para a fragilidade das estratégias familiares de sustentação da

renda, num mercado de trabalho extremamente adverso aos trabalhadores.

Considerações finais

A análise dos dados da PNAD mostrou a intensidade da crise que se abateu sobre os mercados de trabalho metropolitanos analisados e como os seus efeitos negativos se propagaram sobre as famílias destas regiões.

Verificou-se também que, apesar de passarem por processos de reestruturação semelhantes e de estarem submetidos aos mesmos condicionamentos macroeconômicos, os mercados de trabalho estudados apresentam diferenças marcantes e não sofreram, na mesma intensidade, os efeitos mais perversos da crise.

Ao lado disso, os dados apresentados revelaram também a existência de diferenças importantes entre as estruturas familiares das três regiões, o que permite indagar em que medida essas diferenças

contribuíram para acentuar ou atenuar o impacto da crise do mercado de trabalho.

Essa indagação é tão mais pertinente quando se observa que o mercado de trabalho com os melhores indicadores, no início e no fim do período analisado, foi o de Porto Alegre, região que, como mostrado, também apresenta as maiores proporções de famílias compostas por casais, com ou sem filhos, e o menor percentual daquelas formadas apenas pela mãe com seus filhos. Por outro lado, a região que apresentou os indicadores mais negativos foi a RMS, onde é encontrada a proporção mais elevada deste último tipo de família, considerado na literatura o arranjo familiar mais vulnerável.

A resposta a essa indagação exigirá o aprofundamento deste estudo, mas outros elementos aqui apresentados parecem sugerir que, embora não se possa descartar a influência das estruturas familiares na capacidade de reação das famílias às adversidades colocadas pelo mercado, no atual contexto essa influência parece ter reduzido seu poder de explicação das desigualdades observadas entre as três regiões.

Com efeito, o caráter estrutural das transformações econômicas ocorridas no período analisado e a radicalidade dos seus impactos sobre o mercado de trabalho parecem constituir, no momento, os elementos explicativos mais relevantes para a compreensão dessas desigualdades.

Se esse raciocínio está correto, as características estruturais de cada economia

regional e do seu mercado de trabalho, os recursos disponíveis no início do processo de reestruturação e a posição ocupada no processo de acumulação de capital, nos planos nacional e global, são os fatores mais importantes na determinação do impacto da crise sobre as famílias, da capacidade (recursos) que elas têm para reagir às adversidades e, especialmente, da eficácia das estratégias que elas constroem para assegurar suas condições de reprodução.

No período analisado, a ação desses fatores parece ter agido no sentido de reforçar os elementos positivos historicamente construídos na RM de Porto Alegre, permitindo que, nessa região, os efeitos da crise fossem menos devastadores. Enquanto isso, na RM de Salvador, esses mesmos fatores vêm contribuindo para aprofundar os traços de precariedade que marcam historicamente o mercado de trabalho da região metropolitana baiana, com reflexos sobre a sua estrutura familiar, também tradicionalmente formada por elevada proporção de famílias chefiadas por mulheres, em especial nos segmentos mais pobres da população, mas não apenas neles.

Finalmente, a Região Metropolitana de Belo Horizonte – cujos indicadores situam-se num patamar intermediário entre as duas outras regiões – parece sofrer, simultaneamente, os efeitos positivos (dinamismo econômico) e negativos (desemprego, precarização) da sua incorporação ao núcleo dinâmico do processo de acumulação.

Referências bibliográficas

ARRIAGADA, I. **Famílias latinoamericanas.** Diagnóstico y políticas públicas en los inicios del nuevo siglo. Santiago de Chile: Cepal, 2001.

ARAÚJO, T. B. Fragmentação e isolamento do Nordeste no “anti-Plano de Metas”. **Jornal dos Economistas**, n. 103, Corecon/RJ, 1997.

ARAÚJO, T. Brasil nos anos noventa: opções estratégicas e dinâmica regional. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, p. 9-24, 2000.

BARRÈRE-MAURISSON, M.-A. **La división familiar del trabajo.** La vie en doble. Buenos Aires: Cocinet/Lumen Humanitas, 2000.

BORGES, A. A inserção dos jovens baianos no mercado de trabalho nos anos 90. **10 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.** Salvador: Unicef, MOC, 2001, p. 55-69.

BORGES, A. **Desestruturação do mercado de trabalho e vulnerabilidade social:** a Região Metropolitana de Salvador na década de 90. Salvador, Faculdade de Filosofia

e Ciências Humanas – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. UFBA, 2003.

GOLDANI, A. M. Arranjos familiares no Brasil dos anos 90: proteção e vulnerabilidades. **Como Vai a População Brasileira?** 3 (3), p. 14-23, 1998.

_____. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, 19(1), p. 29-48, 2002.

GUIMARÃES NETO, L. Dinâmica recente das economias regionais brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, 9(3), p. 24-37, 1995.

KON, A. Considerações teóricas sobre a divisão sexual do trabalho na família: repercussões sobre o mercado de trabalho. In: SEMINÁRIO AS FAMÍLIAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL. Belo Horizonte, Abep, 2005.

MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Livro 1, v. 2, 1971.

MONTALI, L. Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 15(42), 2000.

_____. Relações familiares e trabalho feminino na Região Metropolitana de São Paulo na década de 90. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, Ouro Preto, 2002. **Anais...** Belo Horizonte: Abep, 2002.

_____. Relação família-trabalho: reestruturação produtiva e desemprego. **São Paulo em Perspectiva**, 17(2), p. 123-135, 2003.

_____. Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, Caxambu, 2004. **Anais...** Belo Horizonte: Abep, 2004.

OLIVEIRA, Z. A provisão da família e a pobreza: o caso de Belo Horizonte. In: SEMINÁRIO AS FAMÍLIAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL. Belo Horizonte, Abep, 2005.

POCHMANN, M. Emprego e desemprego dos jovens no Brasil dos anos 90. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11, Caxambu, 1997. **Anais...** Belo Horizonte: Abep, 1997.

SABÓIA, J. Descentralização industrial no Brasil dos anos 90: um processo dinâmico e diferenciado regionalmente. **Nova Economia**, 11(2), p. 85-121, 2001.

SOUZA, M. M. et. alii. Notas sobre família e políticas públicas na América latina. **Como Vai População Brasileira?** IV(1), p. 18-28, 1999.

TAVARES, H. M. Reestruturação econômica e as novas funções dos espaços metropolitanos. In: RIBEIRO, A.C.T. **Repensando a experiência urbana da América Latina**: questões, conceitos, valores. Buenos Aires, Clacso, 2000, p. 89-104.

Abstract

Families under pressure: Impacts of unemployment and substandard living conditions in three Brazilian cities

This article addresses the consequences of the crisis in the labor market for families living in the greater metropolitan areas of Salvador, Belo Horizonte and Porto Alegre, Brazil. Based on data from the PNAD for the period between 1995 and 2004, it presents a brief diagnosis of the family structures in these regions and their respective labor markets and analyzes the behavior of unemployment and the process of growing instability. It then identifies the types of families that have been affected by these processes and the distribution of the main risks related to the labor market in terms of persons' positions in the family, separating the differences among the three regions studied. Finally, the article discusses the extent to which the stage reached by

unemployment and instability in each region can be explained by the particularities of a family structure, or if, on the contrary, the characteristics of its economy and the resulting impacts imposed by the productive restructuring are determining factors for growing in stability and changes in family structures.

Key words: Family. Labor market. Labor instability. Unemployment.

Recebido para publicação em 25/08/2006.

Aceito para publicação em 06/11/2006.